



**TRIBUNAL  
DE CONTAS**  
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS

**SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026**

### **CONTRATANTE (UASG)**

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (925401)

### **OBJETO**

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva, bem como assistência técnica, em aparelhos e sistema central de ar-condicionado, para atender as necessidades do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

### **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 161.460,00 (cento e sessenta e um mil, quatrocentos e sessenta reais)

### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 19/05/2026 às 14h (horário de Brasília)

### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

Menor preço

### **MODO DE DISPUTA**

Aberto

### **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

Não

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO .....	11
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	13
8. DOS RECURSOS .....	15
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	16
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	19
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	20

**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026**

Processo Administrativo n.º 00039577.2026.246.0.00000.0000

Torna-se público que o TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS – TCMGO realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva, bem como assistência técnica, em aparelhos e sistema central de ar-condicionado, para atender as necessidades deste Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**2.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do

sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006.

**2.6.** Não poderão disputar esta licitação:

**2.6.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

**2.6.2.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

**2.6.3.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste Tribunal de Contas ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**2.6.4.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

**2.6.5.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.6.6.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público deste Tribunal de Contas, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou

emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

**2.7.** O impedimento de que trata o item 2.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.8.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

**2.9.** A vedação de que trata o item 2.6.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe e apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**3.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.3.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.3.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.3.3.** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.3.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**3.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**3.6.** A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.9.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.10.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1.** Valor unitário e total para cada item ou grupo de itens, em moeda corrente nacional;

**4.1.2.** Marca;

**4.1.3.** Fabricante;

**4.1.4.** Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

**4.1.5.** Unidade de medida e quantidade a ser fornecida, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

**4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.2.1.** O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

**4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.5.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em

quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.5.1.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**4.5.2.** Os licitantes devem respeitar o (s) preço (s) máximo (s) previsto (s) no Termo de Referência.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**5.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

**5.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$1,00 (um real), no tempo mínimo de 2 (dois) minutos.

**5.9.** O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**5.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.



**5.11.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**5.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**5.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**5.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**5.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**5.12.** Após o término do prazo estabelecido no subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas

vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.18.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto n.º 8.538, de 2015.

**5.18.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.18.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.18.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.18.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.19.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a

contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.19.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.19.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.19.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.19.4.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.19.5.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.20.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

**6.2.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.5 deste edital.

**6.3.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**6.4.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**6.5.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.5.1.** Contiver vícios insanáveis;

**6.5.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**6.5.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.5.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.5.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.6.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**6.6.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**6.6.1.1.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**6.6.1.2.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**6.7.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.8.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar

Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.9.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

**6.9.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**6.9.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.10.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.11.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**6.12.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**6.13.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**7.2.** Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico e, excepcionalmente, por e-mail (comissao.contratacao@tcmgo.tc.br) quando não for possível fazê-lo via sistema eletrônico.

**7.3.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei n.º 14.133/2021).

**7.4.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**7.5.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.5.1.** Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**7.6.** Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**7.7.** Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.5.1, poderá ser admitida, mediante decisão do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas, para:

**7.7.1.** A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

**7.7.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**7.7.3.** Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

**7.7.4.** Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

**7.8.** Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

**7.9.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.5.1.

**7.10.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.11.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto n.º 8.538/2015).

## **8. DOS RECURSOS**

**8.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**8.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**8.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**8.3.2.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**8.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**9.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**9.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**9.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

**9.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**9.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**9.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

**9.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra;

**9.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**9.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**9.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**9.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.



**9.1.5.** Fraudar a licitação.

**9.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**9.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**9.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**9.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**9.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

**9.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**9.2.** Com fulcro na Lei n.º 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**9.2.1.** Advertência;

**9.2.2.** Multa;

**9.2.3.** Impedimento de licitar e contratar;

**9.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**9.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**9.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.

**9.3.2.** As peculiaridades do caso concreto.

**9.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

**9.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

**9.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

**9.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**9.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**9.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**9.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**9.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**9.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**9.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

**9.10.** A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**9.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**9.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**10.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**10.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no e-mail: [comissao.contratacao@tcmgo.tc.br](mailto:comissao.contratacao@tcmgo.tc.br)

**10.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**10.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**10.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**11.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**11.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**11.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**11.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**11.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**11.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**11.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**11.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**11.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**11.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.tcmgo.tc.br/site/transparencia/licitacoes/>.

**11.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**11.11.1.** ANEXO I - Termo de Referência;

**11.11.1.1.** Apêndice I do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

**11.11.2.** ANEXO II – Minuta de Contrato;

**11.11.3.** ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços.

Goiânia, 30 de abril de 2026.

Vinícius Bernardes Carvalho  
Pregoeiro

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00039577.2026.246.0.00000.0000**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica em aparelhos de ar-condicionado do tipo Split e em sistemas de ar-condicionado central, instalados nas dependências do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCMGO, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UND	QTD	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica em aparelhos de ar-condicionado do tipo Split e em sistemas de ar-condicionado central.	2771	Mês	12	R\$ 13.455,00	R\$ 161.460,00
<b>VALOR TOTAL ANUAL</b>						<b>R\$ 161.400,00</b>

**1.2.** O serviço objeto desta contratação caracteriza-se como comum na forma do Art. 6º, inciso XIII da Lei Federal de nº 14.133/21.

**1.3.** Em caso de conflito entre a descrição constante do Catálogo de Serviços – CATSER e a descrição deste Termo de Referência, prevalecerá o disposto neste instrumento.

**1.4.** O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 106 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**1.5.** A contratação será realizada em regime de execução contínua, com remuneração mensal, conforme critérios definidos neste Termo de Referência.

**1.6.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

**3.1.** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

**3.2.** A contratação contempla todas as etapas do ciclo de vida do objeto, visando prolongar a vida útil dos equipamentos, reduzir falhas recorrentes, evitar manutenções emergenciais e garantir ambientes climatizados adequados e seguros, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

## **4. REQUISITO DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** Não é admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

**4.2.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.3.** A licitante deverá apresentar declaração de que teve pleno conhecimento de todas as informações, condições e peculiaridades necessárias ao fiel cumprimento das obrigações decorrentes da contratação e responsabilidades previstas neste Termo de Referência.

**4.3.1.** A declaração acima poderá ser substituída por documento formal emitido e assinado pelo responsável técnico da empresa, atestando ciência integral das condições contratuais e das especificidades do objeto;

**4.3.2.** A licitante deverá comprovar sua aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o presente Termo de Referência, mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução anterior de serviços similares em escopo, complexidade e volume compatíveis com o objeto ora contratado.

**4.4.** Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

**4.5.** A empresa licitante deverá obrigatoriamente ter escritório estabelecido na cidade de Goiânia/GO ou em sua região metropolitana, ou comprometer-se a instalar um no prazo estipulado pelo TCMGO, com a devida comprovação durante apresentação de documentos no processo licitatório.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1.** A execução dos serviços objeto deste Termo de Referência ocorrerá de forma contínua, compreendendo manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica nos aparelhos de ar-condicionado do tipo Split e nos sistemas de ar-condicionado central instalados nas dependências do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCMGO.

**5.2.** Os serviços serão prestados na sede do TCMGO, localizada na Rua 68, n.º 727 – Setor Central, Goiânia/GO, ou em outro endereço que venha a ser formalmente indicado pelo Gestor/Fiscal do contrato.

**5.3.** Os serviços deverão atender rigorosamente às normas técnicas aplicáveis, especialmente às normas da ABNT pertinentes, às recomendações dos fabricantes dos equipamentos, às normas de segurança do trabalho e à legislação vigente, visando garantir a eficiência energética, a qualidade do ar interior, a segurança dos usuários, a confiabilidade operacional dos sistemas e a preservação do patrimônio público.

**5.4.** A Contratada deverá informar previamente ao TCMGO os nomes dos funcionários que executarão os serviços, acompanhados dos respectivos documentos de identificação, para fins de autorização de acesso às dependências do Tribunal.

**5.5.** A fiscalização da execução contratual por parte do Contratante não exclui sequer reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, falhas técnicas, danos ou uso de materiais inadequados, nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

**5.6.** Todos os serviços executados deverão ser registrados em relatórios técnicos detalhados, contendo, no mínimo, data da intervenção, identificação do equipamento atendido, tipo de manutenção realizada (preventiva ou corretiva), procedimentos executados, medições realizadas, eventuais falhas constatadas, peças substituídas (quando houver) e identificação do



responsável técnico, devendo tais relatórios serem entregues ao Gestor/Fiscal do contrato após a execução.

## **5.7. ESCOPO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS**

**5.7.1. Manutenção Preventiva (mensal)** – Durante as visitas regulares de manutenção preventiva, deverão ser realizados, no mínimo, os seguintes serviços:

**5.7.1.1.** Limpeza de filtros de ar, serpentinas (evaporadoras e condensadoras), bandejas de condensado e drenos;

**5.7.1.2.** Verificação e limpeza de ventiladores, hélices, turbinas e carenagens;

**5.7.1.3.** Inspeção e reaperto de conexões elétricas, verificação de cabos, disjuntores e componentes do quadro elétrico;

**5.7.1.4.** Verificação do funcionamento de termostatos, sensores, controles remotos e painéis de comando;

**5.7.1.5.** Verificação de pressão e nível de fluido refrigerante, identificando possíveis vazamentos;

**5.7.1.6.** Inspeção de compressores, motores elétricos, rolamentos e suportes;

**5.7.1.7.** Avaliação geral do desempenho, ruídos anormais, vibrações e consumo aparente;

**5.7.1.8.** Verificação do sistema de drenagem, prevenindo obstruções e vazamentos.

## **5.7.2. Manutenção Corretiva (mensal, demanda)**

**5.7.2.1.** A manutenção corretiva será realizada sempre que identificadas falhas, mau funcionamento ou paralisação dos equipamentos, mediante solicitação do Gestor/Fiscal do contrato.

**5.7.2.2.** A Contratada deverá disponibilizar equipe técnica para atendimento em prazo compatível com a criticidade da ocorrência, inclusive, quando necessário, fora do horário comercial, sem prejuízo da continuidade dos serviços essenciais.

## **5.7.3. Reposição de Peças**

**5.7.3.1.** Caso, durante a execução dos serviços de manutenção preventiva ou corretiva, seja constatada a necessidade de substituição de peças ou

componentes, a Contratada deverá comunicar formalmente ao Gestor/Fiscal do contrato, apresentando relatório técnico circunstanciado que justifique a necessidade da substituição.

**5.7.3.2.** A Contratada deverá apresentar orçamento detalhado das peças a serem substituídas, contendo especificação técnica, quantitativo e valor.

**5.7.3.3.** A substituição das peças somente poderá ser realizada mediante prévia e expressa autorização do TCMGO, não sendo admitida a execução ou cobrança sem a devida aprovação formal.

#### **5.7.4. Qualificação Técnica**

**5.7.4.1.** Todos os profissionais responsáveis pela execução dos serviços deverão possuir qualificação técnica compatível com as atividades desempenhadas, observando as normas de segurança e boas práticas do setor.

**5.7.4.2.** O recebimento dos serviços será efetuado pelo Gestor/Fiscal do contrato, mediante verificação da conformidade da execução com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato. Constatada a regularidade, será realizado o recebimento definitivo, com o atesto na nota fiscal/fatura apresentada pela Contratada.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**6.1.** Promover, através de seu Gestor/Fiscal, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados, sob os aspectos quantitativo, qualitativo e de conformidade contratual, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

**6.2.** Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

**6.3.** Aplicar penalidades à CONTRATADA, em caso de descumprimento contratual.

**6.4.** Fornecer à CONTRATADA todas as informações relevantes, solicitadas ou necessárias para o pleno desenvolvimento dos serviços, bem como prestar informações adicionais, dirimir dúvidas e orientar nos casos omissos, quando ocorrer, garantindo, ainda, as condições sob sua

responsabilidade para que a empresa cumpra integralmente as obrigações pactuadas, com máxima presteza e mediante solicitação escrita.

**6.5.** Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, desde que devidamente identificados, às dependências do TCMGO, nos locais em que devam executar as atividades de manutenção.

**6.6.** Comunicar à CONTRATADA as irregularidades, falhas ou defeitos observados no objeto do contrato.

**6.7.** Realizar o (s) pagamento (s) decorrente (s) das demandas atendidas, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência e no instrumento contratual, somente após o atesto da execução satisfatória dos serviços contratados.

**6.8.** Programar os serviços a serem executados pela CONTRATADA, com atendimento sempre cortês e garantindo, em todas as situações, as condições de segurança das instalações, dos funcionários e do patrimônio do TCMGO.

**6.9.** Não permitir que os empregados da CONTRATADA realizem horas adicionais, sempre observando o limite da legislação trabalhista.

**6.10.** É vedado ao CONTRATANTE e ao seu representante exercer autoridade hierárquica sobre os empregados da CONTRATADA, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

**6.11.** O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**6.12.** O TCMGO não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido previamente autorizada e reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, a fiscalização sobre a execução dos serviços contratados, verificando se estes atendem a todas as especificações deste Termo e, ainda, aplicar multas ou rescindir o contrato, caso a empresa descumpra quaisquer de suas cláusulas.

**6.13.** O CONTRATANTE reserva-se o direito de estabelecer os controles necessários ao acompanhamento, fiscalização e aferição da prestação dos serviços, bem como promover ajustes no planejamento ou cronograma de execução das tarefas, cabendo à CONTRATADA

cumprir integralmente as determinações, em conformidade com o objeto e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1.** A CONTRATADA será integralmente responsável pela execução dos serviços prestados, assegurando sua regularidade e qualidade, bem como pelos danos e infrações causados ao CONTRATANTE ou a terceiros resultantes de sua ação ou omissão e em decorrência de sua culpa ou dolo, respondendo pela imediata correção de eventuais falhas, deficiências ou irregularidades constatadas, em conformidade com este Termo de Referência durante a execução contratual, sem ônus para o CONTRATANTE.

**7.2.** A CONTRATADA deverá garantir a fiscalização contínua de seus empregados, assegurando o cumprimento das obrigações contratuais e verificando a efetiva prestação dos serviços no local de trabalho.

**7.3.** A CONTRATADA será responsável integralmente pelos atos de seus empregados no exercício de suas funções, inclusive por eventuais danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, assegurando a imediata reparação dos prejuízos, sempre que decorrentes da execução dos serviços contratados.

**7.4.** A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas decorrentes da execução do contrato, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributos sobre a atividade contratada, bem como gastos com deslocamento, alimentação, hospedagem e vestimenta dos empregados, quando aplicável. Deverá também garantir o cumprimento da legislação vigente, responsabilizando-se pelo pagamento de salários, férias, 13º salário, seguros, acertos e quaisquer outros encargos. Todas essas obrigações deverão ser cumpridas sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, não gerando, em hipótese alguma, vínculo empregatício, previdenciário ou trabalhista entre os empregados da CONTRATADA e o TCMGO.

**7.5.** A CONTRATADA deverá submeter-se à fiscalização integral por parte do CONTRATANTE, por meio do Gestor ou Fiscal designado, aceitando o acompanhamento da execução dos serviços, cumprindo integralmente as orientações recebidas, prestando todos os esclarecimentos solicitados e viabilizando o exercício do controle contratual. Deverá, ainda,

atender às solicitações e reclamações do CONTRATANTE, fornecendo todas as informações requeridas, com vistas à adequada supervisão da execução contratual.

**7.6.** Executar o serviço contratado independentemente de qualquer contratempo.

**7.7.** Manter-se durante todo o período de execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como com todas as condições de habilitação e qualificações exigidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

**7.8.** Garantir a qualidade dos serviços oferecidos, que deverão ser compatíveis com as finalidades a que se destinam.

**7.9.** A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato.

**7.10.** Disponibilizar ao TCMGO um serviço de atendimento personalizado e imediato, com a disponibilização de números de telefones fixos e móveis, endereço de e-mail e outras facilidades para abertura de chamados durante os dias úteis da semana, entre 8h e 18h.

**7.11.** Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito e em caráter de urgência, qualquer anormalidade ou intercorrência que possa comprometer a execução dos serviços, prestando os esclarecimentos que este julgar necessários.

**7.12.** Manter absoluto sigilo quanto às informações pertinentes ao serviço que deverá ser executado, vedada sua divulgação sem permissão do CONTRATANTE.

**7.13.** Substituir, imediatamente, os empregados em serviço, mediante solicitação do CONTRATANTE, nos seguintes casos:

**7.13.1.** Quando o profissional demonstrar falta de qualificação ou capacidade para desempenhar as atividades previstas;

**7.13.2.** Em situações que envolvam comportamento incompatível com as normas de conduta e ética da Administração Pública ou com o ambiente de trabalho;

**7.13.3.** Quando for identificado baixo rendimento ou falhas recorrentes na execução das tarefas designadas;

**7.13.4.** Sempre que o perfil do profissional não atender às especificidades ou exigências da atividade CONTRATADA.

**7.14.** Caso a substituição não ocorra de forma imediata, quando necessária por ausência, impedimento ou qualquer outro motivo que inviabilize o exercício das funções do profissional,

será aplicado desconto proporcional na fatura, correspondente ao período em que o serviço deixou de ser prestado, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

**7.15.** Caberá à CONTRATADA todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando em ocorrências da espécie forem vítimas os seus empregados no desempenho da prestação de serviço, ou em contato com eles nas dependências do CONTRATANTE.

**7.16.** A empresa CONTRATADA deverá enviar seus empregados devidamente identificados, com crachá e/ou uniformizados, conforme exigido pelo CONTRATANTE.

**7.17.** Selecionar e preparar rigorosamente os profissionais que prestarão os serviços para o TCMGO, garantindo que todos tenham conduta ética, preparo técnico com as exigências contratuais e bons antecedentes.

**7.18.** Registrar e controlar, juntamente com o Gestor do contrato, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, garantindo o pleno funcionamento da equipe técnica responsável pelos serviços de manutenção dos sistemas de ar-condicionado.

**7.19.** Instruir seus funcionários quanto à proibição da utilização dos bens e serviços do CONTRATANTE para fins particulares, como a utilização dos telefones para tratar de assuntos alheios às atividades do órgão.

**7.20.** Emitir fatura/nota fiscal da prestação de serviços, discriminando os valores e apresentando relatório das atividades desenvolvidas no período.

**7.21.** Quanto às normas de segurança, a CONTRATADA deverá:

**7.21.1.** Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios e demais riscos inerentes às atividades de manutenção em sistemas de ar-condicionado Split e centrais, nas dependências do CONTRATANTE;

**7.21.2.** Orientar formalmente seus empregados, por meio de ordens de serviço, acerca dos procedimentos de segurança do trabalho a serem adotados durante a execução das atividades, observando as normas regulamentadoras aplicáveis;

**7.21.3.** Assegurar o fornecimento e a utilização adequada de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e garantir a disponibilização e o uso de EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva) necessários à execução segura dos serviços.

**7.22.** A CONTRATADA deverá manter atualizados todos os dados cadastrais e de contato junto ao CONTRATANTE, comunicando formalmente qualquer alteração que possa impactar a gestão e a fiscalização contratual.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**8.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**8.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato devidamente justificados, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, devendo tais circunstâncias serem formalmente anotadas por meio de apostila, conforme previsto na legislação.

**8.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**8.3.1.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**8.3.2.** O Gestor/Fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**8.3.3.** A fiscalização do CONTRATANTE não exime a CONTRATADA de responsabilidade, inclusive perante terceiros, conforme art. 120 da Lei n.º 14.133/2021.

**8.4.** A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

**8.5.** A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá, tampouco reduzirá, essa responsabilidade por meio da fiscalização ou do acompanhamento pelo CONTRATANTE.

**8.6.** Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.



**8.6.1.** A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

**8.7.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**8.8.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**8.9.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a emissão da Nota Fiscal e atestado pelo Gestor do contrato.

**8.10.** Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

**8.11.** Serão exigidas a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## **9. PAGAMENTO**

**9.1.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após a execução dos serviços, mediante a apresentação dos documentos: Nota Fiscal/fatura, devidamente atestada pelo Gestor do contrato e, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Termo de Referência e no contrato.

**9.2.** Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da CONTRATADA e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

**9.3.** O Gestor do contrato não efetuará o ateste dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.

**9.4.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021, comunicando-



se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**9.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

**9.6.** A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**9.7.** A administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital de Licitação; b) identificar possível razão que impeça a participação em pregão eletrônico, no âmbito do órgão, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**9.8.** Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**9.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**9.10.** Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

**9.10.1.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

**9.11.** O pagamento será creditado em favor da adjudicatária, por meio de Ordem Pagamento, em qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isto, ficar

especificado o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

**9.12.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**10.1.** Considerando o objeto do presente Termo de Referência, que trata da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ar-condicionado instalados no TCMGO, a estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada diretamente junto a empresas especializadas no ramo, devidamente habilitadas para a execução desse tipo de serviço.

**10.2.** A opção pela pesquisa direta junto a fornecedores encontra respaldo no art. 23 da Lei n.º 14.133/2021 e justifica-se pela natureza técnica e específica do objeto, bem como pela necessidade de obtenção de valores compatíveis com a realidade do mercado local, considerando fatores como quantidade de equipamentos, capacidade térmica instalada, periodicidade das manutenções preventivas, atendimento corretivo e fornecimento eventual de peças sob demanda, mediante autorização prévia da Administração.

**10.3.** As cotações obtidas permitiram a construção de uma estimativa de preços compatível com aqueles praticados no mercado, assegurando a adequada avaliação das vantagens da contratação, conforme demonstrado na consolidação das propostas apresentadas, detalhada na tabela abaixo:

ITEM	QNTD	UN	CATSER	DESCRIÇÃO	SELEI-SISTEMA ELÉTRICOS E AR CONDICIONADO	REFRIG. TERMOGOLD	PHB SOLUTION	UNISERV
01	1	SERV	2771	Manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica em aparelhos de ar-condicionado do tipo Split e em sistemas de ar condicionado central.	VALOR MENSAL			
					R\$14.900,00	R\$13.455,00	R\$24.200,00	R\$21.500,00

**10.4.** O critério de julgamento adotado para a presente contratação é o de menor preço, por se tratar de objeto comum, com especificações técnicas objetivamente definidas neste

Termo de Referência, possibilitando a comparação direta entre as propostas apresentadas, nos termos da legislação aplicável.

**10.5.** Considerando que o critério de julgamento adotado é o de menor preço e após análise das propostas apresentadas, verifica-se que o menor valor mensal corresponde a R\$ 13.455,00 (treze mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais).

**10.6.** Não foram identificados elementos objetivos que indiquem inexequibilidade do menor valor cotado, uma vez que a proposta se mostra compatível com os demais preços obtidos e com os padrões praticados no mercado.

**10.7.** Dessa forma, considera-se o valor mensal estimado de **R\$ 13.455,00 (treze mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais)**, perfazendo o valor anual estimado de **R\$ 161.460,00 (cento e sessenta e um mil, quatrocentos e sessenta reais)**, para fins de prosseguimento do processo e formalização da contratação, em conformidade com os princípios da legalidade, economicidade e da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

**10.8.** Ressalta-se que o valor estimado contempla exclusivamente os serviços de manutenção preventiva e corretiva, não estando incluídos custos relativos à substituição de peças ou componentes, os quais, quando necessários, dependerão de prévia autorização do TCMGO e serão pagos separadamente, conforme orçamento apresentado pela contratada.

**10.9.** Os orçamentos que fundamentaram a estimativa do valor da contratação foram elaborados com base na relação detalhada dos aparelhos de ar-condicionado instalados na sede do TCMGO, conforme Planilha 01A, a qual contém a identificação dos equipamentos, respectivas capacidades e quantitativos.

**10.10.** A referida Planilha 01A integra o presente processo como anexo, servindo de base para a formulação das propostas e para a adequada compreensão da dimensão do objeto pelos fornecedores consultados.

## **11. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**11.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM.

**11.2.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**11.2.1. Habilitação jurídica:**

**11.2.1.1. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**11.2.1.2. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**11.2.1.3. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-enegocios/pt-br/empreendedor>;

**11.2.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**11.2.1.5. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

**11.2.1.6. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**11.2.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**11.2.1.8.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**11.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

**11.2.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**11.2.2.2.** Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, atualizado;

**11.2.2.3.** Prova de regularidade para com as Fazendas Federal/INSS (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, e da Fazenda Pública do Estado de Goiás atualizadas;

**11.2.2.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

**11.2.2.4.1.** É permitida a apresentação de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas instituída pela Lei nº 12.440/2011;

**11.2.2.4.2.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**11.2.2.4.3.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**11.2.3. Qualificação Econômico – Financeira**

**11.2.3.1.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ou de sociedade simples;

**11.2.3.2.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**11.2.3.3.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

**11.2.3.4.** O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**12.1.** As despesas decorrentes dos serviços relativas ao presente exercício correrão à conta do crédito orçamentário nas Classificações orçamentárias: 2026 0301 01 032 1047 2008, Grupo 03 – Outras Despesas Correntes, Fontes 25010 100 (Outros Recursos Não Vinculados), Tipo de Recurso – Tesouro Estadual, sendo enquadrada na Natureza de Despesa – 3.3.90.39.20 – Manutenção, Conservação e Instalação de Máquinas, Equipamentos e/ou Utensílios de Escritório e Unidades Administrativas.

Goiânia, 24 de fevereiro de 2026.

**SAULO CARVALHO MOTA**  
Gerente de Serviços Gerais

**Planilha 01-A**

MANUTENÇÃO MENSAL DOS ARES-CONDICIONADOS – TCMGO								
Nº C.	Nº PATRIMÔNIO	TIPO	CAPACIDADE (BTU'S)	MARCA	UNIDADE TÉCNICA	DATA DA MANUTENÇÃO	TÉCNICO TERCEIRIZADO	ASSINATURA DO SERVIDOR QUE ACOMPANHOU
1	3000939	HING WALL	12000	KOMECO	Sup. de Adm. - Sala Superintendente			
2	1011064	HING WALL	9000	MIDEA	Sup. de Administração Geral - Recepção			
3	1013802	PISO TETO	12000	PHILCO	Sup. de Administração Geral - Assessoria			
4		HI WALL	12000	CARRIER	Sup. de Administração - Assessoria			
5	1008831	HING WALL	12000	CARRIER	Gerência de Contratações - Assessoria			
6	1010022	HING WALL	12000	SPRINGER	Gerência de Contratações - Assessoria			
7	1010942	HING WALL	9000	MIDEA	Advocacia Setorial - Sala Chefia			
8	1013540	HI WALL	18000	PHILCO	Advocacia Setorial - Assessoria			
9	1013296	HI WALL	12000	BRITANIA	Gerência de Gestão Estratégica			
10	1008669	HI WALL	12000	CARRIER	Ouvidoria			
11	1012295	HI WALL	12000	ELGIN	Consultório Médico			
12	3009626	HI WALL	24000	ELGIN	Gerência de Finanças - Assessoria			
13	1011063	HI WALL	9000	MIDEA	Gerência de Finanças - Sala Chefia			
14	1012601	HI WALL	18000	ELGIN	Controle Interno			
15	1012499	HI WALL	9000	ELGIN	Assessoria de Pesq. e Inf. Estratégicas			
16	1010943	HI WALL	9000	MIDEA	Assessoria de Pesq. e Inf. Estratégicas			

17	1010945	HI WALL	9000	MIDEA	Gerência de Recursos Humanos			
18	1010944	HI WALL	9000	MIDEA	Gerência de Recursos Humanos			
19	1007419	HI WALL	18000	SPRINGER	Gerência de Recursos Humanos			
20		PISO TETO	60000	CARRIER	Gerência de Recursos Humanos			
21	3011966	HI WALL	12000	KOMECO	Gerência de Recursos Humanos			
22	1010946	HING WALL	9000	MIDEA	Gerência de Recursos Humanos - Recepção			
23	1013899	HING WALL	18000	SPRINGER	Setor de Diligência			
24	1007057	HING WALL	18000	SPRINGER	Setor de Diligência			
25	1013365	HING WALL	24000	ELGIN	Setor de Diligência			
26	1008676	HING WALL	12000	SPRINGER	Setor de Diligência			
27	1012500	HING WALL	12000	ELGIN	Gerência de Notificação e Set. De Recursos			
28	1007058	HING WALL	18000	SPRINGER	Gerência de Notificação e Set. De Recursos			
29	1013821	HING WALL	18000	PHILCO	Gerência de Notificação e Set. De Recursos			
30	1007059	HING WALL	18000	SPRINGER	Gerência de Notificação e Set. De Recursos			
31	1013909	HING WALL	18000	PHILCO	Setor Gráfico			
32	1013822	SPLIT	18000	PHILCO	Gerência de Serviços Gerais			
33	1013823	HING WALL	18000	PHILCO	Gerência de Serviços Gerais			
34	1014084	SPLIT	12000	PHILCO	CNPTC			
35	1013818	SPLIT	12000	PHILCO	CNPTC			
36		SPLIT	12000	PHILCO	Sala Interna da Corregedoria			
37		SPLIT	12000	PHILCO	Sindicância			
38	3009445	HING WALL	9000	AGRATTO	Sup. de Gestão Técnica			



39	1012497	HING WALL	9000	ELGIN	Sup. de Gestão Técnica			
40	1008666	HING WALL	12000	CARRIER	Sup. de Gestão Técnica			
41	1013817	HING WALL	12000	PHILCO	Sup. de Gestão Técnica			
42	1013826	HING WALL	18000	PHILCO	Sup. de Gestão Técnica			
43		HING WALL	12000	PHILCO	Sup. de Gestão Técnica-Comissão de Aperfeiçoamento			
44	1014109	HING WALL	12000	PHILCO	Sec.Fiscal Obras e Serviços Engenharia - Recpção			
45		HING WALL	7500	LG	Equipe Fiscalização 07			
46	1010450	HING WALL	12000	LG	Equipe Fiscalização 04			
47	1010443	HING WALL	9000	LG	Fiscalização			
48	1013541	HING WALL	18000	PHILCO	Equipe Fiscalização 02			
49	1010950	HING WALL	22000	LG	Equipe Fiscalização 01			
50	3009469	HING WALL	12000	AGRATTO	Equipe Fiscalização 05			
51	1010435	HING WALL	7500	LG	Equipe Fiscalização 06			
52	1014095	HING WALL	18000	PHILCO	Comissão de Auditoria			
53	1010439	HING WALL	9000	LG	Comissão de Auditoria			
54	1008663	HING WALL	9000	CARRIER	Gerência de Controle de Decisões			
55	1008660	HING WALL	9000	CARRIER	Gerência de Controle de Decisões			
56	1012486	HING WALL	9000	ELGIN	Gerência de Controle de Decisões			
57	1008664	HING WALL	9000	CARRIER	Gerência de Controle de Decisões			
58	1008658	HING WALL	9000	CARRIER	Gerência de Controle de Decisões			

59	1008657	HING WALL	9000	CARRIER	Gerência de Controle de Decisões			
61	1012498	SPLIT	48000	ELGIN	Recepção-Central de Atendimento			
62	1008656	HING WALL	9000	CARRIER	Comunicação - Sala da Chefia			
63	1011629	HING WALL	12000	KOMECO	Guarita - Estacionamento Servidores			
64	1011632	HING WALL	12000	KOMECO	MPC Chefe de Gabinete			
65	1011620	HING WALL	12000	KOMECO	MPC Procurador José Gustavo Athayde			
66	1013292	HING WALL	12000	ELGIN	Recepção Ministério Público			
67	1011627	HING WALL	12000	KOMECO	MPC Procurador de Contas			
68	1013293	HING WALL	12000	ELGIN	MPC Procurador Henrique Pandim			
69	1011630	HING WALL	12000	KOMECO	MPC Corregedor Geral			
70	1011631	HING WALL	12000	KOMECO	Assessoria MP-01			
71	1007056	HING WALL	12000	SPRINGER	MPC Coordenação Técnica			
72	1011633	HING WALL	12000	KOMECO	Assessoria MP -02			
73	1012491	HING WALL	18000	ELGIN	Assessoria MP-03			
74	1011626	HING WALL	18000	MIDEA	Protocolo MPC			
75	1007164	PISO TETO	18000	SPRINGER	Secretaria Contas de Governo			
76	1011619	HING WALL	24000	YORK	Secretaria Contas de Governo			
77	1010948	HING WALL	18000	MIDEA	Secretaria Contas de Governo - Assessoria Bloco 4			
78	3009556	HING WALL	12000	LG	Secretaria Contas de Governo - Secretário Bloco 4			
79	1010952	HING WALL	24000	LG	Secretaria Contas de Governo - Assessoria Bloco 4			
80	1010951	HING	24000	LG	Secretaria Contas de Governo - Chefe de Divisão			

		WALL						
81	1008178	HING WALL	18000	SPRINGER	Biblioteca			
82	1008670	HING WALL	18000	SPRINGER	Biblioteca			
83	1013907	HING WALL	24000	Philco	Biblioteca			
84	1012496	HING WALL	18000	ELGIN	Assessoria Jurídica			
85	1012294	HING WALL	12000	ELGIN	Secretaria de Licitações e Contratos			
86	1012296	HING WALL	24000	ELGIN	Secretaria de Licitações e Contratos			
87	1012486	HING WALL	24000	ELGIN	Sec. Controle Externo de Políticas Públicas			
88		HING WALL	18000	ELGIN	Secretaria de Licitações e Contratos			
89	3009491	HING WALL	18000	AGRATTO	Sec. Controle Externo de Políticas Públicas			
89	1012493	HING WALL	18000	AGRATTO	Sec. Controle Externo de Políticas Públicas			
90	1010949	HING WALL	24000	LG	Gerência de Protocolo			
91	1009215	HING WALL	36000	SPRINGER	Gerência de Protocolo			
92	1012300	HING WALL	30000	ELGIN	Comunicação Social			
93	1008661	HING WALL	9000	CARRIER	Comunicação Social			
94	1010446	HING WALL	12000	LG	Sec Controle Externo			
95		PISO TETO	60000	ELGIN	Secretaria de Recursos			
96	1010459	HING WALL	28000	MIDEA	Sec Controle Externo			
97	1010432	HING WALL	7500	LG	Sec Controle Externo			
98	1014093	SPLIT	18000	ELGIN	Assessoria-Cons. Maurício			
99	1010021	SPLIT	18000	SPRINGER	Cons.Subst. Mauricio Azevedo			

100	1012492	SPLIT	18000	ELGIN	Assessoria - Cons.Daniel			
101	1010020	SPLIT	18000	SPRINGER	Cons. Daniel Goulart			
102	1013364	SPLIT	18000	ELGIN	Gab. Cons. Subst. Flávio Luna			
103	1013542	SPLIT	18000	PHILCO	Gab. Cons. Subst. Laercio			
104	1012298	SPLIT	18000	ELGIN	Gab. Cons Humberto Aídar			
105	1013363	SPLIT	18000	ELGIN	Assessoria			
106	1012494	SPLIT	18000	ELGIN	Conselheiro Nilo Resende			
107	1012299	SPLIT	18000	ELGIN	Assessoria			
108	1014111	SPLIT	12000	PHILCO	Chefe de Gabinete			
109	1013122	SPLIT	12000	ELGIN	Conselheiro Fabrício Mota			
110	1012502	SPLIT	18000	ELGIN	Assessoria - Cons. Valcenôr Braz			
111	1014108	HISH WALL	12000	PHILCO	Assessoria - Valcenôr			
112	1013616	HISH WALL	18000	ELGIN	Assessoria - Cons. Francisco Ramos			
113	1013615	SPLIT	12000	PHILCO	Chefe de Gabinete			
114	1008850	SPLIT	22000	CARRIER	Assessoria			
115	3009495	SPLIT	18000	AGRATTO	Conselheiro Sérgio Cardoso			
116	1013294	SPLIT	12000	ELGIN	Chefe de Gabinete			
117	1014092	SPLIT	18000	PHILCO	Assessoria - Cons. Sergio Cardoso			
118	1013119	HING WALL	9000	COMFEE	NAE - Marcelo Fonseca			
119	1013118	HING WALL	9000	COMFEE	NAE - Ricardo Alves Ferreira			
120	1013121	HING WALL	9000	COMFEE	NAE - Priscila Kelly F.P Borges			
121	1013120	HING WALL	9000	COMFEE	NAE - Ibamar Tavares Júnior			
122	1011635	HING WALL	9000	KOMECO	Chefia Gabinete Bloco F			
123	1013124	HING WALL	30000	SPRINGER	Apoio Bloco F			

124	1013891	SPLIT	18000	PHILCO	NAE - Presidencia			
125	1012495	SPLIT	18000	ELGIN	NAE - Presidencia			
126	1010460	HING WALL	28000	MIDEA	Sec. de Contas Mensais de Gestão - SI Reunião			
127	1013736	HING WALL	24000	ELGIN	Sec. de Contas Mensais de Gestão - SI Reunião			
128	1010458	HING WALL	24000	LG	Secretaria de Contas Mensais de Gestão			
129		HING WALL	12000	PHILCO	Secretaria de Contas Mensais de Gestão			
130	1010440	HING WALL	9000	LG	Secretaria de Contas Mensais de Gestão			
131	1010431	HING WALL	7500	LG	Secretaria de Contas Mensais de Gestão			
132	1010448	HIGH WALL	9000	LG	Sec. de Atos de Pessoal			
133	1010442	HIGH WALL	9000	LG	Sec. de Atos de Pessoal			
134	1080177	HIGH WALL	9000	SPRINGER	Sec. de Atos de Pessoal			
135	1012487	HIGH WALL	12000	ELGIN	Sec. de Atos de Pessoal			
136	1010449	HIGH WALL	18000	LG	Sec. de Atos de Pessoal			
137	1014101	HIGH WALL	18000	SPRINGER	Sec. de Atos de Pessoal			
138	1013900	HIGH WALL	18000	SPRINGER	Sec. de Atos de Pessoal			
139	1013908	HIGH WALL	24000	PHILCO	SI Secretario - Sec. de Atos de Pessoal			
140	1010441	HIGH WALL	9000	LG	Sec. de Atos de Pessoal			
141	1000871	HIGH WALL	18000	SPRINGER	Assessoria de Produtividade e Acompanhamento de Processo			
142	1013816	HING WALL	12000	PHILCO	Gerência de Material e Patrimônio			
143	1013825	HING WALL	18000	PHILCO	Gerência de Material e Patrimônio			
144		HING WALL	9000	LG	Sup. de Informática			

145	1007162	HING WALL	18000	SPRINGER	Sup. de Informática			
146	1007165	HING WALL	18000	SPRINGER	Sup. de Informática			
147	1010947	HING WALL	9000	MIDEA	Sup. de Informática			
148	10104556	HING WALL	18000	LG	Sup. de Informática			
149	1005649	HING WALL	12000	CARRIER	Sup. de Informática			
150	1013362	HING WALL	24000	ELGIN	Sup. de Informática			
151	1007066	HING WALL	22000	SPRINGER	Sup. de Informática			
152	1013816	HING WALL	18000	PHILCO	Sup. de Informática			
153	1010941	HING WALL	9000	MIDEA	Gerência de Transportes			
154	1010454	HING WALL	18000	LG	Sala dos Motoristas			
155	1010022	HING WALL	24000	ELGIN	Arquivo e Expedição			
156	1007065	HING WALL	18000	SPRINGER	Arquivo e Expedição			
157	1011634	HING WALL	9000	KOMECO	Arquivo e Expedição			
158	1007417	HING WALL	18000	SPRINGER	Arquivo e Expedição			
159	1013123	SPLIT	12000	Elgim	GC Joaquim Alves de Castro Neto			
160	não tem	CENTRAL	não tem	CARRIER	1º Andar			
161	não tem	CENTRAL	não tem	CARRIER	1º Andar			
162	1013824	HING WALL	12000	PHILCO	Superintendência da Escola de Contas - Superintendente			
163	1008182	HING WALL	22000	SPRINGER	Superintendência da Escola de Contas - Assessoria			
164	1008176	HING WALL	12000	SPRINGER	Superintendência da Escola de Contas - Sala De Reunião			
165	1011621	HING WALL	22000	LG	Superintendência da Escola de Contas - Sala De Aula			

166	1011622	HING WALL	22000	LG	Superintendência da Escola de Contas - Sala De Aula			
167	1000178	HING WALL	9000	SPRINGER	Superintendência da Escola de Contas - Recepção			
168	1013291	SPLIT	24000	LG	Plenário			
169	1011625	SPLIT	18000	MIDEA	Sala Nobreak 04			
170		CENTRAL		CARRIER	3º Andar			
171		CENTRAL		CARRIER	3º Andar			
172		CENTRAL		CARRIER	2º Andar			
173		CENTRAL		CARRIER	2º Andar			
174	1014105	HING WALL	24000	PHILCO	Presidência - Gab. Presidente			
175	1014107	HING WALL	12000	PHILCO	Secretaria NSC Bloco F			
176	1013295	HING WALL	12000	BRITANIA	Sala de Reunião Bloco F			
177	1013888	HING WALL	12000	PHILCO	Corregedoria			
178	1013887	HING WALL	12000	PHILCO	Corregedoria			
179	1010433	HING WALL	7500	LG	Jurisprudência			
180	1013886	HING WALL	12000	PHILCO	Jurisprudência			
181	1013889	HING WALL	12000	PHILCO	Jurisprudência			
183		HING WALL	12000	SPRINGER	Gerência de Finanças e Contabilidade			
184	1013894	HING WALL	18000	SPRINGER	Sala Nobreak Protocolo			
185	1013880	HING WALL	24000	PHILCO	Data-Center			
186	1013878	HING WALL	24000	PHILCO	Data-Center			
187	1013881	HING WALL	24000	PHILCO	Data-Center			
188	1013879	HING WALL	24000	PHILCO	Data-Center			

189	1012291	HING WALL	22000	LG	Sala Nobreak 01			
190	1012290	HING WALL	22000	LG	Sala Nobreak 01			
191	1012490	HING WALL	24000	ELGIN	Sala Nobreak 02			
192	1011624	HING WALL	22000	LG	Sala Nobreak 03			
193	1013893	HING WALL	22000	PHILCO	Sala Nobreak 03			
194	1008024	HING WALL	9000	ADMIRAL	NAE - Presidência			
195	1010940	HING WALL	9000	MIDEA	NAE - Presidência			
196	1010437	HING WALL	7500	LG	Guarita - Estacionamento Presidente			
197	1008179	HING WALL	18000	SPRINGER	Sec. de Contas de Governo - Copa			
198	1013543	HING WALL	18000	PHILCO	Copa da Presidência			
199	3009643	HING WALL	18000	AGRATTO	Copa Ser. Gerais - Limpeza (Chefia)			
200	1010444	HING WALL	9000	LG	Copa Ser. Gerais - Limpeza			
201	1014112	HING WALL	12000	PHILCO	Equipe de Fiscalização			
202	1014096	HING WALL	18000	PHILCO	Assessoria de Pesquisas e Informações Estratégicas			
203		HING WALL	18000	PHILCO	Assessoria de Pesquisas e Informações Estratégicas			
204	1007420	HI WALL	18000	SPRINGER	RH - Consultório Médico - Fisioterapeuta			
205	1013907	HIGH-WALL	24000	PHILCO	Biblioteca			
206	1014098	HIGH-WALL	18000	MIDEA	Cons. Humberto Aidar			
207		HIGH-WALL	18000	PHILCO	Comissão de Educação			



**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00039577.2026.246.0.00000.0000**

**APÊNDICE I DO ANEXO I**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1. UNIDADE REQUISITANTE**

**1.1.** Gerência de Serviços Gerais – GSG/SAG.

**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

**2.1.** Considerando a necessidade de garantir o adequado funcionamento dos sistemas climatização instalados nas dependências do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCMGO, bem como assegurar condições adequadas de conforto térmico, salubridade dos ambientes e continuidade das atividades administrativas, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica em aparelhos de ar-condicionado do tipo Split e em sistema de ar-condicionado central.

**2.2.** A climatização adequada dos ambientes de trabalho constitui fator determinante para a eficiência das atividades desempenhadas por servidores e colaboradores, pois proporciona conforto térmico, melhora a qualidade do ar e contribui para a preservação da saúde ocupacional. Ademais, a manutenção periódica dos equipamentos previne falhas inesperadas, reduz custos com reparos emergenciais, prolonga a vida útil dos aparelhos e possibilita maior previsibilidade orçamentária, além de promover uso eficiente dos recursos públicos, em consonância com os princípios da responsabilidade fiscal.

**2.3.** Destaca-se, ainda, a importância da higienização contínua dos sistemas de ar condicionado, de modo a garantir ambientes saudáveis e livres de agentes nocivos, tais como ácaros, fungos e bactérias, que podem causar problemas respiratórios e comprometer a qualidade do ar interno. A substituição de peças, componentes e acessórios por itens novos

e originais também contribui para a eficiência operacional dos equipamentos, evitando desperdício de energia e reduzindo impactos ambientais.

**2.4.** Nesse contexto, a prestação contínua de serviços de manutenção mostra-se indispensável para a solução do problema identificado, assegurando o pleno funcionamento dos sistemas de climatização. Em razão disso, o presente estudo procedeu ao levantamento de mercado necessário para embasar as estimativas de preços visando à eventual e futura contratação.

### **3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

**3.1.** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhado no Documento de Formalização de Demanda (DFD) n.º 60/2025.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** Não é admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

**4.2.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**4.3.** A licitante deverá apresentar declaração de que teve pleno conhecimento de todas as informações, condições e peculiaridades necessárias ao fiel cumprimento das obrigações decorrentes da contratação, inclusive quanto ao local de execução e responsabilidades previstas neste Estudo Técnico Preliminar.

**4.3.1.** A declaração acima poderá ser substituída por documento formal emitido e assinado pelo responsável técnico da empresa, atestando ciência integral das condições contratuais e das especificidades do objeto.

**4.4.** A empresa deverá providenciar o devido registro da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, conforme disposto na Lei n.º 6.496, de 07 de dezembro de 1977, mantendo-a válida durante toda a vigência do contrato.

**4.5.** A execução dos serviços deverá observar:

**4.5.1.** A Lei n.º 13.589/2018, assegurando a elaboração, implementação e atualização do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, quando aplicável;

**4.5.2.** A Resolução RE n.º 9/2003 da ANVISA, ou outra que venha a substituí-la;

**4.5.3.** As normas técnicas aplicáveis da ABNT, especialmente a NBR 13971 (manutenção programada), NBR 14679 (higienização de sistemas de climatização) e NBR 16401-3 (qualidade do ar interior), ou outras que vierem a substituí-las;

**4.5.4.** As recomendações técnicas dos fabricantes dos equipamentos instalados.

**4.6.** A CONTRATADA deverá cumprir integralmente as Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Saúde no Trabalho, especialmente:

**4.6.1.** NR 06 – Equipamentos de Proteção Individual;

**4.6.2.** NR 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade;

**4.6.3.** NR 35 – Trabalho em altura.

**4.7.** A CONTRATADA deverá disponibilizar:

**4.7.1.** Profissionais legalmente habilitados e com qualificação compatível com os serviços contratados;

**4.7.2.** Equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados à execução dos serviços.

**4.8.** A licitante deverá comprovar sua aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o presente Estudo Técnico Preliminar, mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução anterior de serviços similares em escopo e complexidade compatíveis com o objeto contratado.

**4.9.** A empresa contratada deverá obrigatoriamente ter escritório estabelecido na cidade de Goiânia/GO ou em sua região metropolitana, ou comprometer-se a instalar um no

prazo estipulado pelo TCMGO, com a devida comprovação durante apresentação de documentos no processo licitatório.

## **5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

**5.1.** A estimativa de consumo para a contratação dos serviços técnicos especializados em manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica dos aparelhos de ar condicionado tipo split e sistemas de ar-condicionado central, incluindo os serviços de limpeza, higienização e a substituição ou reposição de peças, componentes e acessórios por itens novos e originais, para o exercício de 2026, foi fundamentada em uma análise detalhada do histórico de consumo anual do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCMGO.

**5.2.** Para a definição das estimativas, consideraram-se a demanda recorrente dos serviços, o quantitativo e a vida útil dos equipamentos, bem como a frequência de utilização de insumos e componentes nas manutenções preventiva e corretiva, de modo a atender adequadamente às necessidades institucionais no exercício de 2026.

**5.3.** As quantidades estimadas têm caráter referencial e não configuram obrigação de consumo integral por parte da Administração, podendo ser ajustadas de acordo com a efetiva necessidade durante a vigência contratual, nos termos da legislação vigente.

**5.4.** A experiência adquirida em contratações anteriores reforça eficiência dessa metodologia, considerando que os serviços de manutenção dos sistemas de climatização são indispensáveis para o funcionamento adequado das instalações do Tribunal. Além disso, a adoção desse modelo de planejamento contribui para uma gestão eficaz dos recursos públicos.

## **6. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

**6.1.** Considerando os requisitos estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado do tipo Split e sistemas de

climatização instalados no TCMGO, contemplando eventual substituição de peças, mediante prévia autorização da Administração.

**6.2.** O levantamento envolveu a análise de contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, bem como a verificação das práticas usuais adotadas pelo mercado especializado, especialmente quanto ao modelo de remuneração dos serviços e à forma de fornecimento de peças e componentes.

**6.3.** A partir da análise realizada, foram identificadas as seguintes alternativas para atendimento da necessidade institucional:

**6.3.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças custeadas pelo contratante.** Consiste na contratação de empresa especializada para execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização do TCMGO.

**6.3.2.** Caso, durante a execução dos serviços, seja identificada a necessidade de substituição de peças ou componentes, a CONTRATADA deverá apresentar diagnóstico técnico acompanhado de orçamento detalhado para apreciação e autorização prévia da Administração.

**6.3.2.1.** Prós:

- a)** Maior controle da Administração sobre a necessidade técnica da substituição;
- b)** Pagamento restrito às peças efetivamente necessárias;
- c)** Transparência na composição de custos;
- d)** Evita a inclusão de custos estimados ou margens de risco no valor fixo da manutenção.

**6.3.2.2.** Contras:

- a)** Possível redução do número de empresas aptas a participar do certame, em razão da complexidade do objeto;



b) Necessidade de tramitação administrativa para aprovação de orçamento;

c) Dependência de um único fornecedor, podendo gerar dificuldades em caso de falha na prestação do serviço;

d) Possível aumento do prazo de conclusão do reparo quando depender de autorização formal.

**6.3.3. Contratação com valor global incluindo peças previamente estimadas.** Consiste na contratação de empresa para execução da manutenção preventiva e corretiva com inclusão estimada de peças no valor contratual.

**6.3.3.1. Prós:**

- a) Maior previsibilidade orçamentária inicial;
- b) Redução de trâmites administrativos para autorizações pontuais.

**6.3.3.2. Contras:**

- a) Dificuldade de estimar previamente a quantidade e o tipo de peças necessárias;
- b) Risco de pagamento por itens não efetivamente utilizados;
- c) Possível majoração do valor contratual em razão da inclusão de margem de risco pela contratada.

**6.3.4. Execução direta pelo órgão (manutenção interna).** Consiste na realização dos serviços por equipe própria do órgão, com aquisição direta de peças quando necessário.

**6.3.4.1. Prós:**

- a) Controle integral sobre a execução e aquisição de materiais;
- b) Eventual economia em contratos de menor porte.

**6.3.4.2. Contras:**

- a) Necessidade de estrutura técnica permanente;
- b) Custos com pessoal especializado e encargos;

c) Ausência de economicidade e inviabilidade operacional para o porte da demanda do TCMGO.

**6.4.** Após análise comparativa, conclui-se que a solução descrita no item **6.3.1.** mostra-se a mais adequada às necessidades do TCMGO, por assegurar controle prévio da despesa, transparência na execução contratual e pagamento condicionado à efetiva necessidade de substituição de peças, em observância aos princípios da economicidade e eficiência.

**6.5.** O modelo adotado está alinhado aos princípios da eficiência, economicidade e controle do gasto público, garantindo a adequada manutenção dos sistemas de climatização e a preservação das condições ambientais necessárias ao regular funcionamento das atividades institucionais.

## **7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO**

**7.1.** Considerando o objeto do presente Termo de Referência, que trata da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ar-condicionado instalados no TCMGO, a estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada diretamente junto a empresas especializadas no ramo, devidamente habilitadas para a execução desse tipo de serviço.

**7.2.** A opção pela pesquisa direta junto a fornecedores encontra respaldo no art. 23 da Lei n.º 14.133/2021 e justifica-se pela natureza técnica e específica do objeto, bem como pela necessidade de obtenção de valores compatíveis com a realidade do mercado local, considerando fatores como quantidade de equipamentos, capacidade térmica instalada, periodicidade das manutenções preventivas, atendimento corretivo e fornecimento eventual de peças sob demanda, mediante autorização prévia da Administração.

**7.3.** As cotações obtidas permitiram a construção de uma estimativa de preços compatível com aqueles praticados no mercado, assegurando a adequada avaliação das vantagens da contratação, conforme demonstrado na consolidação das propostas apresentadas, detalhada na tabela abaixo:

ITEM	QNTD	UN	CATSER	DESCRIÇÃO	SELEI-SISTEMA ELÉTRICOS E AR CONDICIONADO	REFRIG. TERMOGOLD	PHB SOLUTION	UNISERV
01	1	SERV	2771	Manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica em aparelhos de ar-condicionado do tipo Split e em sistemas de ar condicionado central.	VALOR MENSAL			
					R\$14.900,00	R\$13.455,00	R\$24.200,00	R\$21.500,00

**7.4.** O critério de julgamento adotado para a presente contratação é o de menor preço, por se tratar de objeto comum, com especificações técnicas objetivamente definidas neste Termo de Referência, possibilitando a comparação direta entre as propostas apresentadas, nos termos da legislação aplicável.

**7.5.** Considerando que o critério de julgamento adotado é o de menor preço e após análise das propostas apresentadas, verifica-se que o menor valor mensal corresponde a R\$ 13.455,00 (treze mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais).

**7.6.** Não foram identificados elementos objetivos que indiquem inexecutabilidade do menor valor cotado, uma vez que a proposta se mostra compatível com os demais preços obtidos e com os padrões praticados no mercado.

**7.7.** Dessa forma, considera-se o valor mensal estimado de **R\$ 13.455,00 (treze mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais)**, perfazendo o valor anual estimado de **R\$ 161.460,00 (cento e sessenta e um mil, quatrocentos e sessenta reais)**, para fins de prosseguimento do processo e formalização da contratação, em conformidade com os princípios da legalidade, economicidade e da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

**7.8.** Ressalta-se que o valor estimado contempla exclusivamente os serviços de manutenção preventiva e corretiva, não estando incluídos custos relativos à substituição de peças ou componentes, os quais, quando necessários, dependerão de prévia autorização do TCMGO e serão pagos separadamente, conforme orçamento apresentado pela contratada.



**7.9.** Os orçamentos que fundamentaram a estimativa do valor da contratação foram elaborados com base na relação detalhada dos aparelhos de ar-condicionado instalados na sede do TCMGO, conforme Planilha 01A, a qual contém a identificação dos equipamentos, respectivas capacidades e quantitativos.

**7.10.** A referida Planilha 01A integra o presente processo como anexo, servindo de base para a formulação das propostas e para a adequada compreensão da dimensão do objeto pelos fornecedores consultados.

## **8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**8.1.** A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada, devidamente licenciada e autorizada, para prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica dos aparelhos de ar-condicionado tipo Split e sistemas de ar-condicionado central, abrangendo serviços de limpeza, higienização, bem como substituição e reposição de peças, componentes e acessórios por itens novos e originais, conforme demanda e especificações técnicas estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar.

**8.2.** Os serviços compreendem a execução periódica de manutenções preventivas, incluindo inspeções técnicas, limpeza, higienização, verificação de componentes elétricos e mecânicos, testes de funcionamento, ajustes, regulagens e demais procedimentos necessários à conservação dos equipamentos, bem como a realização de manutenções corretivas sempre que identificadas falhas ou mau funcionamento.

**8.3.** Caso, durante a execução dos serviços, seja identificada a necessidade de substituição de peças, componentes ou acessórios, a contratada deverá apresentar diagnóstico técnico acompanhado de orçamento detalhado para análise e autorização prévia da Administração. A aquisição e o custeio das peças correrão por conta do contratante, não estando incluídos no valor mensal da manutenção.

**8.4.** Os equipamentos atendidos pela contratação integram a infraestrutura predial do TCMGO, sendo utilizados para climatização de ambientes administrativos e de atendimento

ao público, devendo a execução dos serviços observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à segurança elétrica, eficiência energética, qualidade do ar interior e demais regulamentações pertinentes.

**8.5.** Considerando o ciclo de vida do objeto, a contratação contempla todas as etapas necessárias à adequada preservação dos sistemas de climatização, abrangendo ações preventivas destinadas a reduzir a ocorrência de falhas, intervenções corretivas para restabelecimento do funcionamento e registro das atividades realizadas. Essas medidas visam prolongar a vida útil dos equipamentos, minimizar custos com intervenções emergenciais, preservar o patrimônio público e assegurar condições ambientais adequadas aos servidores e usuários.

**8.6.** A solução adotada caracteriza-se como serviço comum, com especificações técnicas objetivamente definidas neste Termo de Referência, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei n.º 14.133/2021, possibilitando a comparação direta entre as propostas apresentadas.

**8.7.** A execução contratual será realizada por empresa única, responsável pela integralidade dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, permitindo maior eficiência na fiscalização, padronização dos procedimentos técnicos e melhor gestão da execução contratual.

## **9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO**

**9.1.** Não há o que se falar em parcelamento do objeto.

## **10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**10.1.** Com a contratação da solução adotada, mediante modelo integrado de prestação de serviços, espera-se a obtenção de ganhos significativos em termos de economicidade, eficiência operacional e qualidade na gestão dos sistemas de climatização do TCMGO. A centralização dos serviços em um único fornecedor possibilitará a redução de custos

operacionais, a eliminação de sobreposições contratuais e maior previsibilidade orçamentária, favorecendo o planejamento financeiro da Administração.

**10.2.** A eficiência operacional será aprimorada por meio da execução adequada e contínua das manutenções preventivas e corretivas, assegurando a disponibilidade dos equipamentos, a redução do tempo de inatividade dos sistemas e evitando impactos negativos nas atividades institucionais.

**10.3.** A solução adotada permitirá melhor gestão dos recursos administrativos, possibilitando que a equipe interna concentre seus esforços em atividades estratégicas, enquanto a utilização de materiais, insumos e peças ocorrerá de forma racional e controlada, reduzindo desperdícios.

**10.4.** Espera-se, ainda, a melhoria na qualidade dos serviços prestados, decorrente da padronização dos procedimentos e da atuação de empresa especializada, contribuindo para o aumento da vida útil dos equipamentos, a redução de falhas recorrentes e a diminuição da necessidade de substituições prematuras.

**10.5.** Adicionalmente, a contratação contribuirá para resultados ambientais positivos, por meio da melhoria da eficiência energética dos sistemas de climatização e da adoção de boas práticas na gestão de resíduos, promovendo a sustentabilidade e a redução de impactos ambientais.

**10.6.** Dessa forma, a Administração obterá um ambiente mais seguro, eficiente e sustentável, com a otimização dos recursos públicos e pleno atendimento às necessidades operacionais.

## **11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

**11.1.** Não se vislumbra necessidade de tomada de providências prévias ou de adequações estruturais, administrativas ou operacionais para celebração da contratação, uma vez que a execução do objeto ocorrerá conforme a demanda e nos termos definidos neste Estudo Técnico Preliminar.

**11.2.** O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCMGO dispõe de infraestrutura adequada para o recebimento, armazenamento e suprimento dos materiais eventualmente necessários à execução dos serviços, quando aplicável, não sendo requerida a realização de investimentos ou adaptações adicionais.

## **12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

**12.1.** Não se verifica contratações correlatas, sequer interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## **13. IMPACTOS AMBIENTAIS**

**13.1.** A execução dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica em aparelhos de ar-condicionado do tipo Split e em sistemas de ar-condicionado central pode gerar impactos ambientais pontuais, especialmente relacionados ao consumo de energia elétrica, ao manuseio de fluidos refrigerantes, à geração de resíduos sólidos e ao uso de produtos de limpeza e higienização.

**13.2.** Os principais impactos potenciais identificados estão associados à emissão indevida de gases refrigerantes durante a execução dos procedimentos de manutenção, ao descarte inadequado de filtros, peças substituídas, componentes eletrônicos e embalagens, bem como ao consumo ineficiente de energia elétrica decorrente de equipamentos desregulados ou submetidos a manutenção inadequada.

**13.3.** Com vistas à mitigação desses impactos, a CONTRATADA deverá adotar boas práticas de sustentabilidade ambiental, observando a legislação ambiental vigente e, nos termos do GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS – 8ª EDIÇÃO (Novembro/2025), Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, especialmente no que se refere a:

**13.3.1.** Manuseio, recolhimento, recuperação e descarte ambientalmente adequado de fluidos refrigerantes, em conformidade com as normas técnicas e ambientais aplicáveis;

**13.3.2.** Destinação correta dos resíduos gerados, tais como filtros, peças, componentes e embalagens, por meio de empresas devidamente licenciadas;

**13.3.3.** Utilização de produtos de limpeza e higienização adequados e, sempre que possível, com menor impacto ambiental;

**13.3.4.** Adoção de procedimentos que contribuam para a melhoria da eficiência energética dos sistemas de climatização, reduzindo o consumo de energia elétrica;

**13.3.5.** Cumprimento de eventual legislação ambiental estadual e municipal aplicável à execução dos serviços.

**13.4.** As práticas de sustentabilidade adotadas deverão ser compatíveis com a natureza do objeto contratado e poderão ser verificadas pela fiscalização do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis em caso de descumprimento.

#### **14. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**14.1.** A presente contratação mostra-se plenamente viável e necessária para assegurar a adequada manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica dos sistemas de climatização do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás - TCMGO. Tais sistemas são essenciais para a continuidade das atividades institucionais, para garantir o conforto térmico nos ambientes de trabalho e para a preservação das condições adequadas de funcionamento dos equipamentos.

**14.2.** A ausência de manutenção especializada compromete o desempenho e a vida útil dos equipamentos, eleva a probabilidade de falhas operacionais, aumenta a ocorrência de manutenções emergenciais e pode gerar custos adicionais à Administração, além de impactar negativamente o regular funcionamento do órgão e a prestação dos serviços públicos sob sua responsabilidade.

**14.3.** Sob aspecto econômico e financeiro, a contratação encontra-se compatível com a previsão orçamentária e financeira vigente, observando-se os limites e diretrizes estabelecidos para a execução das despesas do Tribunal. Assim, a medida atende aos

princípios do planejamento, da economicidade, da eficiência e da continuidade do serviço público, nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS, GERÊNCIA DE MATERIAL  
E PATRIMÔNIO**, em Goiânia, aos 24 dias do mês de fevereiro de 2026.

**SAULO CARVALHO MOTA**  
Gerente de Serviços Gerais

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/26**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00039577.2026.246.0.00000.0000**

**ANEXO II**

**MINUTA CONTRATO Nº 000/2026**

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção e assistência técnica em aparelhos e sistema central de ar-condicionado, que entre si celebram o **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS** e a empresa  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

**CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS**, inscrito no CNPJ(MF) sob n.º 02.600.963/0001-51, com sede na Rua 68, n.º 727, Centro, Goiânia – GO, CEP: 74055-100, neste ato representado pelo Presidente, **JOAQUIM ALVES DE CASTRO NETO**.

**CONTRATADA: EMPRESA VENCEDORA**, inscrita no CNPJ(MF) sob o n.º 00.000.000/0000-00, localizada na **XXXXXXXXXXXX** neste ato representada por **REPRESENTANTE DA EMPRESA**, inscrito no CPF sob o n.º 000.000.000-00.

Os **CONTRATANTES** acima qualificados celebram o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 90007/26, conforme Termo de Homologação, da Presidência do TCMGO, nos autos do Processo n.º 00039577.2026.246.0.00000.0000, que fica fazendo parte integrante deste instrumento, realizado nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21 e da Lei Estadual n.º 17.928/2012, com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1.** Constitui objeto deste instrumento a prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva, bem como assistência técnica, em aparelhos e sistema central de ar-condicionado, para atender as necessidades deste Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

**1.2.** Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UND	QTD	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como assistência técnica, em aparelhos e sistema central de ar-condicionado.	2771	Mês	12	R\$	R\$
VALOR TOTAL ANUAL						R\$

**1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1.** O Termo de Referência;
- 1.3.2.** O Edital da Licitação;
- 1.3.3.** A Proposta da contratada;
- 1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados **de DIA de MÊS de 2026 a DIA de MÊS de 2027**, na forma do artigo 106 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**2.2.** O contrato poderá ser prorrogado, por igual período, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do artigo 106 da Lei n.º 14.133, de 2021.

## CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS



**3.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**5.1.** O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (....).

**5.2.** As despesas decorrentes dos serviços relativas ao presente exercício correrão à conta do crédito orçamentário na Classificação orçamentária: 2026 0301 01 032 1047 2008, Grupo 03 – Outras Despesas Correntes, Fonte 25010 100 (Outros Recursos Não Vinculados), Tipo de Recurso – Tesouro Estadual, sendo enquadrada na Natureza de Despesa – 3.3.90.39.20 – Manutenção, Conservação e Instalação de Máquinas, Equipamentos e/ou Utensílios de Escritório e Unidades Administrativas.

**5.3.** Para fazer face à despesa, foi emitida a Nota de Empenho n.º 00000 pelo CONTRATANTE, em DIA/MÊS/2026.

**5.4.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

**6.1.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após a entrega dos produtos e ou serviços efetivamente prestados, mediante a apresentação dos documentos:

Nota Fiscal/Fatura, devidamente preenchido, atestado pelo Gestor do contrato e, acompanhada das Certidões que comprovem a sua devida Regularidade Fiscal, observando o cumprimento integral das disposições contidas neste Termo de Referência.

**6.2.** Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da contratada e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

**6.3.** O Gestor do contrato não efetuará o ateste dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.

**6.4.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**6.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

**6.6.** A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**6.7.** A administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital de Licitação; b) identificar possível razão que impeça a participação em pregão eletrônico, no âmbito do órgão, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**6.8.** Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**6.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**6.10.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

**6.10.1.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

**6.11.** O pagamento será creditado em favor da adjudicatária, por meio de Ordem Pagamento, em qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isto, ficar especificado o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

**6.11.1.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE**

**7.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em   /  /   (DIA/MÊS/ANO).

**7.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**7.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**8.1.** Designar formalmente servidor (es) responsável (eis) pela fiscalização da execução contratual, com competência para acompanhar, atestar, avaliar e reportar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, nos termos do art. 117 da Lei n.º 14.133/2021.

**8.2.** Promover, através de seu Gestor/Fiscal, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados, sob os aspectos quantitativo, qualitativo e de conformidade contratual, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

**8.3.** Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

**8.4.** Aplicar as penalidades cabíveis em caso de descumprimento contratual, conforme previsto na legislação vigente e no instrumento contratual.

**8.5.** Fornecer à CONTRATADA todas as informações relevantes, solicitadas ou necessárias para o pleno desenvolvimento dos serviços, bem como prestar informações

adicionais, dirimir dúvidas e orientar nos casos omissos, quando ocorrer, garantindo, ainda, as condições sob sua responsabilidade para que a empresa cumpra integralmente as obrigações pactuadas, com máxima presteza e mediante solicitação escrita.

**8.6.** Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, desde que devidamente identificados, às dependências do TCMGO, nos locais em que devam executar as atividades de manutenção nos equipamentos.

**8.7.** Comunicar à CONTRATADA as irregularidades, falhas ou defeitos observados no objeto do contrato.

**8.8.** Realizar o (s) pagamento (s) decorrente (s) das demandas atendidas, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência e no instrumento contratual, somente após o atesto da execução satisfatória dos serviços contratados.

**8.9.** Programar os serviços a serem executados pela CONTRATADA, com atendimento sempre cortês e garantindo, em todas as situações, as condições de segurança das instalações, dos funcionários e do patrimônio do TCMGO.

**8.10.** Levar ao conhecimento da Contratada, por escrito, todo e qualquer fato que atrapalhe ou impeça a execução do serviço, bem como imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

**8.11.** Não permitir que os empregados da CONTRATADA realizem horas adicionais, sempre observando o limite da legislação trabalhista.

**8.12.** É vedado ao CONTRATANTE e ao seu representante exercer autoridade hierárquica sobre os empregados da CONTRATADA, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

**8.13.** O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**8.14.** O TCMGO não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido previamente autorizada e reserva-se o direito de exercer, quando lhe

convier, a fiscalização sobre a execução dos serviços contratados, se ele atende a todas as especificações deste Termo e, ainda, aplicar multas ou rescindir o contrato, caso a empresa descumpra quaisquer de suas cláusulas.

**8.15.** O CONTRATANTE reserva-se o direito de estabelecer os controles necessários ao acompanhamento, fiscalização e aferição da prestação dos serviços, bem como promover ajustes no planejamento ou cronograma de execução das tarefas, cabendo à CONTRATADA cumprir integralmente as determinações, em conformidade com o objeto e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**8.16.** Promover os pagamentos em moeda corrente nacional mediante depósito na conta bancária indicada pela Contratada, após o ateste da nota fiscal pelo setor competente.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1.** A CONTRATADA será integralmente responsável pela execução dos serviços prestados, assegurando sua regularidade e qualidade, bem como pelos danos e infrações causados ao CONTRATANTE ou a terceiros resultantes de sua ação ou omissão e em decorrência de sua culpa ou dolo, respondendo pela imediata correção de eventuais falhas, deficiências ou irregularidades constatadas, em conformidade com o Termo de Referência durante a execução contratual, sem ônus para o CONTRATANTE.

**9.2.** A CONTRATADA deverá garantir a fiscalização contínua de seus empregados, assegurando o cumprimento das obrigações contratuais e verificando a efetiva prestação dos serviços no local de trabalho.

**9.3.** A CONTRATADA será responsável integralmente pelos atos de seus empregados no exercício de suas funções, inclusive por eventuais danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, assegurando a imediata reparação dos prejuízos, sempre que decorrentes da execução dos serviços contratados.

**9.4.** A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas decorrentes da execução do contrato, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributos sobre a atividade contratada, bem como gastos com deslocamento, alimentação, hospedagem e

vestimenta dos empregados, quando aplicável. Deverá também garantir o cumprimento da legislação vigente, responsabilizando-se pelo pagamento de salários, férias, 13º salário, seguros, acertos e quaisquer outros encargos. Todas essas obrigações deverão ser cumpridas sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, não gerando, em hipótese alguma, vínculo empregatício, previdenciário ou trabalhista entre os empregados da CONTRATADA e o TCMGO.

**9.5.** A CONTRATADA deverá submeter-se à fiscalização integral por parte do CONTRATANTE, por meio do Gestor ou Fiscal designado, aceitando o acompanhamento da execução dos serviços, cumprindo integralmente as orientações recebidas, prestando todos os esclarecimentos solicitados e viabilizando o exercício do controle contratual. Deverá, ainda, atender às solicitações e reclamações do CONTRATANTE, fornecendo todas as informações requeridas, com vistas à adequada supervisão da execução contratual.

**9.6.** Executar o serviço contratado independentemente de qualquer contratempo.

**9.7.** Manter-se durante todo o período de execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como com todas as condições de habilitação e qualificações exigidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

**9.8.** Garantir a qualidade dos serviços oferecidos, que deverão ser compatíveis com as finalidades a que se destinam.

**9.9.** A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato.

**9.10.** Disponibilizar ao TCMGO um serviço de atendimento personalizado e imediato, com a disponibilização de números de telefones fixos e móveis, endereço de e-mail e outras facilidades para abertura de chamados durante os dias úteis da semana, entre 8h e 18h.

**9.11.** Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito e em caráter de urgência, qualquer anormalidade ou intercorrência que possa comprometer a execução dos serviços, prestando os esclarecimentos que este julgar necessários.

**9.12.** Manter absoluto sigilo quanto às informações pertinentes ao serviço que deverá ser executado, vedada sua divulgação sem permissão do CONTRATANTE.

**9.13.** Substituir, imediatamente, os empregados em serviço, mediante solicitação do CONTRATANTE, nos seguintes casos:

**9.13.1.** Quando o profissional demonstrar falta de qualificação ou capacidade para desempenhar as atividades previstas;

**9.13.2.** Em situações que envolvam comportamento incompatível com as normas de conduta e ética da Administração Pública ou com o ambiente de trabalho;

**9.13.3.** Quando for identificado baixo rendimento ou falhas recorrentes na execução das tarefas designadas;

**9.13.4.** Sempre que o perfil do profissional não atender às especificidades ou exigências da atividade CONTRATADA.

**9.14.** Caso a substituição não ocorra de forma imediata, quando necessária por ausência, impedimento ou qualquer outro motivo que inviabilize o exercício das funções do profissional, será aplicado desconto proporcional na fatura, correspondente ao período em que o serviço deixou de ser prestado, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato.

**9.15.** Caberá à CONTRATADA todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando em ocorrências da espécie forem vítimas os seus empregados no desempenho da prestação de serviço, ou em contato com eles nas dependências do CONTRATANTE.

**9.16.** A empresa CONTRATADA deverá enviar seus empregados devidamente identificados, com crachá e/ou uniformizados, conforme exigido pelo CONTRATANTE.

**9.17.** Selecionar e preparar rigorosamente os profissionais que prestarão os serviços para o TCMGO, garantindo que todos tenham conduta ética, preparo técnico com as exigências contratuais e bons antecedentes.

**9.18.** Registrar e controlar, juntamente com o Gestor do contrato, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, garantindo o pleno funcionamento da equipe técnica responsável pelos serviços de manutenção dos sistemas de ar-condicionado.



**9.19.** Instruir seus funcionários quanto à proibição da utilização dos bens e serviços do CONTRATANTE para fins particulares, como a utilização dos telefones para tratar de assuntos alheios às atividades do órgão.

**9.20.** Emitir fatura/nota fiscal da prestação de serviços, discriminando os valores e apresentando relatório das atividades desenvolvidas no período.

**9.21.** Quanto às normas de segurança, a CONTRATADA deverá:

**9.21.1.** Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios e demais riscos inerentes às atividades de manutenção em sistemas de ar-condicionado Split e centrais, nas dependências do CONTRATANTE;

**9.21.2.** Orientar formalmente seus empregados, por meio de ordens de serviço, acerca dos procedimentos de segurança do trabalho a serem adotados durante a execução das atividades, observando as normas regulamentadoras aplicáveis;

**9.21.3.** Assegurar o fornecimento e a utilização adequada de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e garantir a disponibilização e o uso de EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva) necessários à execução segura dos serviços.

**9.22.** A CONTRATADA deverá manter atualizados todos os dados cadastrais e de contato junto ao CONTRATANTE, comunicando formalmente qualquer alteração que possa impactar a gestão e a fiscalização contratual.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**10.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1.** Pela inexecução parcial ou total das condições pactuadas, garantida a prévia defesa, ficará a CONTRATADA sujeita às seguintes sanções:

**11.1.1.** Advertência;

**11.1.2.** Multa sobre o valor total do contrato pela inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, que sujeitará a contratada, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- a)** 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação.
- b)** Inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação.
- c)** 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço/entrega não realizado.
- d)** 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço/entrega não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

**11.1.3.** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, além das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a)** Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b)** Não entregar a documentação exigida no edital;
- c)** Apresentar documentação falsa;
- d)** Causar o atraso na execução do objeto;
- e)** Não mantiver a proposta;
- f)** Falhar na execução do contrato;
- g)** Fraudar a execução do contrato;
- h)** Comportar-se de modo inidôneo;
- i)** Declarar informações falsas;
- j)** Cometer fraude fiscal.

**11.1.4.** As sanções descritas no caput deste artigo também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

**11.1.5.** A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**11.1.6.** A inexecução contratual também poderá dar causa à rescisão contratual, nos moldes da Lei n.º 14.133/21.

**11.2.** A multa, aplicada após regular processo administrativo, será recolhida em favor do CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou será descontada dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou, ainda, quando estas não ocorrerem ou não forem suficientes, o saldo será inscrito na Dívida Ativa do Estado e cobrado judicialmente.

**11.3.** A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso no fornecimento dos itens ou da prestação dos serviços for devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela Administração da CONTRATANTE, que fixará novo prazo, improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES**

**12.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

**12.2.** A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**12.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**13.1.** O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS – TCMGO e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, quando do tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a)** O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º e/ou 11 da Lei Federal n.º 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b)** O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao alcance das finalidades de execução do contrato e dos serviços contratados ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;
- c)** Em caso de necessidade de tratamento de dados pessoais indispensáveis à própria prestação de serviço, este será realizado mediante prévia aprovação do TCMGO. Os dados tratados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
- d)** Em caso de necessidade de utilização de sistemas para acesso à dados pessoais, tais sistemas seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;
- e)** As medidas técnicas e administrativas de segurança aplicadas são adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento ilícito e que estas medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger;

**f)** Os dados pessoais obtidos em razão desse contrato devem ser armazenados em banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

**g)** Na execução deste contrato, a CONTRATADA zelar pelo cumprimento das medidas de segurança para o tratamento de dados pessoais e oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao TCMGO, não compartilhando com terceiros, dados pessoais que lhe sejam remetidos;

**h)** Os dados pessoais obtidos em razão desse contrato serão tratados apenas em nome do TCMGO e em conformidade com as suas instruções, as cláusulas do contrato e as legislações específicas.

**13.2.** A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, das obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no às regras para o Tratamento de Dados Pessoais do TCMGO estabelecidas no Anexo I da Resolução Administrativa n.º 184/2021, nas Políticas de Tecnologia da Informação, de Segurança da Informação e de Gestão de Riscos estabelecidas na Resolução Administrativa n.º 106/2017 e na Política de Privacidade do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS, disponíveis do sítio eletrônico do TCMGO (<https://www.tcmgo.tc.br>), cujos princípios deverão ser observados na execução deste contrato.

**13.3.** O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados do TCMGO que contenham, ou possam conter dados pessoais, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final e, em hipótese alguma, a utilização das bases de forma diversa do objeto do presente contrato.

**13.4.** A CONTRATADA cooperará com o TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal n.º 13.709/2018 e nas leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgão de controle administrativo.

**13.5.** A CONTRATADA deverá informar imediatamente ao Encarregado de Dados do TCMGO, através do canal de Ouvidoria deste Tribunal, por meio do sítio eletrônico da Ouvidoria (<https://www.tcmgo.tc.br/ouvidoria/>), quando receber requisição de titular de dados pessoais, a quem caberá responder a solicitação do requisitante, uma vez que na condição de OPERADOR a CONTRATADA deve-se abster de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas do TCMGO ou conforme exigido pela Lei Federal n.º 13.709/2018 e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

**13.6.** A CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado de Dados do TCMGO, através do canal de Ouvidoria deste Tribunal, mediante o preenchimento de formulário específico do Sistema Ouvidoria TCMGO, disponível no sítio eletrônico do TCMGO, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**13.7.** A CONTRATADA notificará imediatamente ao Encarregado de Dados do TCMGO sobre: a) qualquer solicitação juridicamente vinculativa de divulgação de Processo: 04533/22 Data: 31/10/2022 14:00:04 Folha: 8 de 19 8 dados pessoais por autoridade fiscalizadora responsável pela aplicação da lei, salvo quando houver lei penal determinando a preservação da confidencialidade de investigação policial; b) qualquer acesso acidental ou não autorizado.

**13.8.** A CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD), a critério do Encarregado de Dados do TCMGO e conforme a sensibilidade dos dados tratados e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato.

**13.9.** Encerrada a vigência do contrato, ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo 30 (trinta dias), eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), utilizando-se de técnicas de eliminação segura de dados, salvo quando exista obrigação legal para sua manutenção, ou para cumprimento de alguma outra hipótese prevista na Lei Federal n.º 13.709/2018.

**13.10.** Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei Federal n.º 13.709/2018.

**13.11.** As partes declaram conhecimento da Lei Federal n.º 13.709/2018 e comprometem-se em preservar confidenciais as informações e proteger os dados pessoais e sensíveis disponíveis nas ferramentas utilizadas e armazenadas nos sistemas no âmbito TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO**

**14.1.** Fica eleito o foro da comarca de Goiânia para solucionar quaisquer dúvidas decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**15.1.** Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

Goiânia, DIA de MÊS de 2026.



**TRIBUNAL  
DE CONTAS**  
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS

**SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**JOAQUIM ALVES DE CASTRO NETO**

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás

**CONTRATADA**



**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00039577.2026.246.0.00000.0000**  
**ANEXO III**

**MODELO DE PROPOSTA**

NOME DA EMPRESA:
ENDEREÇO:
CNPJ/MF:
INSCRIÇÃO ESTADUAL/MUNICIPAL:
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

Item	Descrição	Quant.	Un.	Valor Unitário	Valor Total
VALOR TOTAL					R\$ XXXXX

- ✓ Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- ✓ Nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação de serviços.
- ✓ Declaramos expressamente que nos sujeitaremos às normas do presente edital, bem como a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações.
- ✓ O prazo de validade da proposta de preços não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data do envio da proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado no Sistema Eletrônico.
- ✓ Caso nos seja adjudicado o objeto da Licitação, comprometemos a assinar o Contrato, no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social:

CNPJ/MF:

Endereço:

Tel./Fax:

CEP:

Cidade:

UF:

Banco:

Agência:

C/C:

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome:

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

CPF/MF:

Cargo/Função:

RG nº:

Expedido por:

Naturalidade:

Nacionalidade:

Goiânia, de de 2026.

---

Representante Legal  
(com carimbo da empresa)